

FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO; Paula Sandrine.
Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva.
São Paulo: Terceiro Nome, 2012. 312 p.

Marcos Castro Carvalho

Doutorando em Antropologia Social
Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

O que podem nossos corpos? Quase tudo.
Michel Serres

Em agosto de 2011, acontecia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o evento denominado *Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva*. Um dos frutos desse encontro é a obra aqui resenhada, organizada por Claudia Fonseca, Fabíola Rohden e Paula Sandrine, também professoras da UFRGS. O livro encontra-se dividido em quatro seções distintas, porém com intersecções, cujos títulos são: *Trajetórias, interfaces e perspectivas; Genética e novos modos de ver e intervir da ciência; Medicalização e gerenciamento dos corpos; e Produção de conhecimento e suas articulações heterogêneas*. Como mencionado pelas organizadoras na introdução, um dos desafios da coletânea é produzir alguma antropologia “a partir das ciências”. Para isso, partem da proposta de Annelise Riles de construção de etnografias como “técnica de resposta”. Ou seja, “a partir da análise de algum artefato ligado ao campo (...) entrar em diálogo crítico com as abordagens teóricas usuais (...), não no espírito de denúncia, mas no espírito de interagir e ir além delas” (: 8).

No primeiro conjunto de textos são delineadas discussões mais abrangentes sobre o histórico e os dilemas de tal área temática. O primeiro deles é o artigo de Sérgio Carrara, *Antropologia e ciência no Brasil: a construção de um campo*. Carrara constata que, entre o início dos anos 1980 e meados dos 1990, a pesquisa sobre o tema era quase completamente de cunho histórico ao invés de etnográfico. Um dado que, remetendo a uma maior facilidade de relativizar epistemes e paradigmas do passado,

também estaria ligado ao interesse dos antropólogos na história de sua própria disciplina (por si mesma ou em relação a outros saberes co-instituídos). Além disso, muito do que foi produzido sobre práticas terapêuticas oficiais e não-oficiais estava relacionado ao trabalho de antropólogos atuantes em contextos interdisciplinares. Tal fato levanta a questão dos diversos modos antropológicos de realizar aproximações às ciências, e até que ponto tal posicionamento colocaria ou não em xeque as fronteiras da antropologia e incitaria rearranjos mais profundos em nossa divisão disciplinar do mundo.

O texto de Guilherme Sá, intitulado *Entrando em órbita: repensando a agência antropológica e o posicionamento de seus satélites*, nos coloca o problema de como construir uma etnografia e produzir uma descrição etnográfica em torno das práticas científicas e dos cientistas. Ou seja, como produzir uma etnografia densa dos processos técnicos sem beirar um tecnicismo superficial e ingênuo típico dos manuais? E, por outro lado, como afrouxar a descrição sem cair em um estranhamento exotizante do familiar, que só diria trivialidades do ponto de vista dos próprios cientistas? Sá retoma então o dilema levantado por Martin Holbraad a partir do aforismo latouriano segundo o qual “jamais fomos modernos”. Como então levar em conta tal discussão sem desconsiderar que os cientistas também se compreendem enquanto tal e, em diversas instâncias, se valem da ideia de que são modernos e fazem ciência moderna? Por fim, ele pontua que talvez o estudo de outras ontologias científicas nos forneceria um lugar estratégico para pensar o fazer etnográfico e nossa própria ontologia em relação aos conhecimentos de outrem.

O último artigo do primeiro bloco leva o título *Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas*. Nele, Fabíola Rohden aborda a investigação das novas e heterogêneas redes-objetos que nos colocariam novos problemas de pesquisa, desafios teórico-metodológicos, de fontes de investigação e de dilemas éticos. Um contexto em que tentar separar ciência, mercado e consumo desse complexo emaranhado de teias torna-se cada vez menos possível e mais anti-producente. Como desdobramento dessa problemática, Rohden elenca como crucial o empenho no enfrentamento tanto de qualquer imparcialidade quanto da retórica denunciata. De acordo com a autora, o engajamento que resvala na denúncia acaba por enfraquecer o próprio conhecimento que se visa produzir, sendo que uma postura mais interessante seria promover conhecimentos situados e qualificar um certo tipo de objetividade.

O segundo conjunto de textos aborda pesquisas envolvendo os conhecimentos e as intervenções associadas à genética. Logo de início, Helena Machado apresenta – em *Crime, bancos de dados genéticos e tecnologia de DNA na perspectiva de presidiários em Portugal* – os usos das tecnologias de identificação dos indivíduos por DNA em investigações criminais desde meados da década de 1990. Trata-se de uma realidade recente apoiada em expertises como a “genética forense” e

em categorias como a de “suspeito genético”, que modifica a antiga biopolítica das impressões digitais. Nesse encontro entre direito e ciência, nem a lei e nem as práticas científicas permanecem iguais e autônomas. A partir de fragmentos corporais diversos, a construção jurídica do corpo humano oscila entre substâncias consideradas “estritamente pessoais” e “não estritamente pessoais”. O que também leva ao sério dilema apontado pelos presidiários de que tais elementos e sua libertação do corpo não podem ser controlados pelos sujeitos, o que não necessariamente os vincularia ao crime. Isto sem mencionar as ardilosas estratégias policiais de plantar evidências corporais na cena criminal.

Na sequência encontramos o artigo de Sahn Gibbon, Eirini Kampriani e Andrea Zur Nieden, abordando os testes de risco genético para câncer de mama em distintos países. Intitulado *Pacientes de BRCA em Cuba, Grécia e Alemanha: perspectivas comparativas sobre saúde pública, o estado e a reprodução parcial de sujeitos “neoliberais”*, o texto tece considerações sobre esses três panoramas nacionais distintos. No contexto da genética comunitária em Cuba, a percepção do risco entre as mulheres aparece muito menos corporificado e individualizado. Ao contrário do cenário cubano, na Alemanha a ideia de um risco genético individualizado e centrado em questões como a hereditariedade e as decisões individuais sobre alimentação e estilo de vida se faz muito mais presentes. Já no caso da Grécia, é possível ver um modelo de certa forma intermediário entre as concepções das alemãs e das cubanas, em que apesar de existir um foco sobre a gestão normativa e individualizada do cotidiano, a importância da família como um ente de cuidado e intermediador entre as decisões médicas e os pacientes é um fator bastante relevante.

Encerrando essa segunda seção, temos as considerações de Marko Monteiro sobre a produção científica em torno do câncer de próstata e a questão racial com título de *Controvérsias sobre genética e diferença: a pesquisa com câncer de próstata e disparidades raciais*. No artigo, o autor apresenta o debate polarizado entre pesquisadores que se apoiam em bases biológicas para disparidades raciais observadas nos casos de câncer de próstata e aqueles que rejeitam tais bases, preferindo outras interpretações pautadas em fatores tais como as diferenças socioeconômicas, de comportamento e de acesso a tratamentos adequados. Além disso, Monteiro também ressalta o fato de ambas as partes da contenda se valerem de categorias ambíguas, pouco específicas, que acabam por construir premissas díspares sobre a própria conexão entre a questão racial e a incidência do câncer.

Ilana Löwy inaugura a terceira subdivisão com *Maternidades, microquimerismo e identidades: os novos ‘laços de sangue’?*, em que se debruça sobre a possibilidade de evidenciar a presença no corpo de células geneticamente diferentes das “originais” – fenômeno que ficou conhecido como microquimerismo. Segundo a autora, depois da Segunda Guerra foram elaborados tecnologias e métodos bioquímicos para a detecção de pequenas quantidades de substâncias biologicamente ativas. Associadas aos novos procedimentos da citologia molecular, tais técnicas permitiram

“acompanhar” as “origens” e o “destino” de células individuais. Löwy lança luz sobre os recentes estudos que defendem a possibilidade de uma dupla passagem das células entre corpo materno e feto, em um fluxo bidirecional. Independente das controvérsias envolvidas na atual “função” desses fluxos e composições, tais pesquisas poderiam mudar nossa visão de parentesco, linhagem e de diferenças biológicas entre os sexos. E até mesmo uma mudança em nossa concepção purificada de organismo e de corpo estanque e uniforme.

O artigo subsequente, *“Para quem era cego era tudo”, ou o “divisor de águas”: a chegada do ultrassom no Brasil pela voz de três pioneiros*, é assinado por Lilian Chazan. Nele Chazan analisa a entrada da tecnologia de ultrassom obstétrico no Brasil a partir da chegada dos primeiros aparelhos em meados dos anos 1970 e da atuação de alguns médicos pioneiros na sua implantação e difusão. Partindo de um momento em que a resolução da imagem de US era ainda muito precária, a autora discorre sobre o processo de estabilização da tecnologia do US obstétrico e sua intensa difusão entre clínicos e pacientes consumidores. Processo esse que também envolveu outros agentes como as empresas de produção de tecnologia biomédica, a expansão dos seguros-saúde e os conflitos entre os campos de diagnóstico por imagem. Se para os médicos tratava-se de um novo modo de acompanhar a gravidez e de outra forma de fornecer um novo recurso para sua clientela, para as empresas era uma oportunidade de expandir seu mercado em um grande país latino, e para as gestantes era um novo espectro de consumo e desejo que se abria e que se tornaria cada vez mais presente.

O artigo seguinte é de autoria de Daniela Manica e se intitula *Rudimentos da tecnociência contraceptiva: experimentações, biopolítica e a trajetória de um cientista*. A partir da trajetória científica do médico baiano Elsimar Coutinho, Manica tece variadas considerações sobre a questão dos métodos contraceptivos, seus dispositivos e desenvolvimentos experimentais. Com o surgimento da contracepção hormonal nos anos 1960 tornou-se também possível suspender os sangramentos menstruais. O modo de prescrição adotado foi baseado em um ciclo de ingestão de pílulas orais que pressupunha um período de pausa, onde o sangramento reaparecia. Todavia, tal sangramento configura uma espécie de mimese daquele que ocorre na menstruação, não sendo considerado um sangramento “natural”. Um efeito que teria sido crucial para a aceitação da pílula pelas mulheres. De acordo com a autora, Coutinho destacou-se pela produção de uma série desses dispositivos contraceptivos, em especial os implantes subcutâneos. Dispositivos que tomariam uma série de rumos, e teriam também de lidar com os diversos embates e/ou alianças com os movimentos feministas.

O artigo de Martha Ramírez-Gálvez, denominado *Fabricando bebês, vendendo ilusões*, encerra esse tópico bastante atrelado às tecnologias envolvidas na reprodução e na gravidez. A autora inicia o texto com um relato etnográfico de uma reunião educativa de uma clínica privada de reprodução

assistida com equipe multidisciplinar e pessoas interessadas. Tratava-se de um encontro em que a equipe expunha aos presentes os procedimentos a serem executados com cada fragmento (e fragmento de fragmento) orgânico envolvido no processo de fecundação de laboratório. Ramírez-Gálvez aponta ainda para a aliança entre ciência, tecnologia e capital nesse movimento de medicalização do parentesco e mercantilização de elementos corporais através da compra e venda de gametas. Muitos dos marcadores da diferença que eram então identificados na superfície corporal passam a agora a se inscrever nos próprios genes, em um processo que também implica em uma bioinformatização do corpo.

Inaugurando a última seção do livro, o artigo *Prescrições de gênero via autoajuda científica: manual para usar a natureza*, de autoria de Fabíola Rohden, busca compreender o processo de co-produção entre gênero e ciência a partir do *best-seller* "The Female Brain", de uma neuropsiquiatra estadunidense. Rohden sugere que um novo campo de mediações estaria surgindo por meio do que chama de autoajuda cientificamente embasada, que não poderia simplesmente ser descrito com os rótulos de "divulgação científica" ou "popularização da ciência". Lança mão então da noção fleckiana de "protoideias" para pensar essa passagem de conhecimento entre os círculos esotéricos e exotéricos, que ainda que presentes no caso da produção científica, seriam ainda mais relevantes no caso das publicações voltadas ao grande público. De acordo com autora, isso faria ainda mais sentido no caso da criação de diferença entre os sexos, posto que apelaria para protoideias arraigadas e um *metier* histórico propício para tal.

Tecnologias globais de moralidade materna: as interseções entre ciência e política em programas "alternativos" de educação para a primeira infância, é o artigo seguinte da seção. Nele, Claudia Fonseca visibiliza o caráter híbrido do saber em casos de instrumentação e validação de políticas governamentais a partir de princípios científicos. A autora apresenta uma primeira perspectiva neurobiológica segundo a qual os primeiros três anos de vida de uma criança seriam cruciais em sua formação. De acordo com essa visão caberia às mães um cuidado especial nesse período de vida para que os indivíduos possam desenvolver um "cérebro sadio", sendo que a ocorrência de "danos" inscritos no corpo poderia levar a tendências "anti-sociais". Por outro lado, Fonseca também ressalta a crítica dos psicólogos desenvolvimentistas, que alegam que tal retórica estaria impregnada de uma visão restrita. Sublinhando os usos políticos das neurociências, a autora aponta então para dois caminhos contrastantes: a opção pela educação infantil a partir das creches e uma maior autonomia das mulheres; ou então uma "volta" das mulheres ao lar em nome do "bem-estar infantil" pressuposto.

Finalmente, o último artigo da coletânea é de autoria de Ondina Leal e Rebeca de Souza. Intitulado *Ciência, tecnologia e patentes: o regime global de propriedade intelectual*, o artigo versa sobre os regimes transnacionais de produção e proteção aos direitos de propriedade intelectual (DPI). Segundo as autoras, o atual regime global de propriedade intelectual remeteria ao pós-Segunda

Guerra. Antes disso, as diretrizes internacionais eram regidas por convenções internacionais que não impunham uniformizações das legislações nacionais. Após a segunda metade do século XX, os DPIS expandiram-se largamente agregando o patenteamento de seres vivos e de elementos da natureza, bem como promoveram alterações no ordenamento jurídico para a acomodação de novas tecnologias. Em paralelo a isso, como levantado por Leal e Souza, caminha uma concepção filosófica de autoria vinculada à noção de propriedade enquanto extensão por direito do sujeito (ou, em grande parte dos casos, da corporação). Uma das principais consequências disso é a impossibilidade quase completa dos países mais pobres de produzirem suas próprias políticas públicas e tecnologias industriais.

Dado todo esse panorama, poderíamos retomar a frase de Michel Serres (2003) escolhida como epígrafe. Em uma inspiração claramente spinoziana, ela remete tanto às potências e virtualidade do corpo como aos seus limites e cerceamentos normativos e biopolíticos. Assim como a circulação e transformação incessante dos fragmentos e fluidos corporais – e as constantes intervenções tecnológicas subjacentes – podem apontar para novos e interessantes modos de atualizarmos essa instância sempre ambígua do humano que é o corpo, também apontam, na concepção de William James, para a instauração de dispositivos e mecanismos de controle refinados e traiçoeiros. O termo “quase” presente na frase dá então a dimensão desse “entre”, que é ao mesmo tempo condição de resistência e linha de fuga frente à dominação.

Referências

- FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine. *Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. 312 p.
- SERRES, Michel. *Variações sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004. 141 p.